

PARECER

EMENTA: Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de novembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; e revoga a Lei nº 7.170 de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional}, e dispositivo de Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais)

Palavras chave: Defesa do Estado de Direito Democrático. Revogação da Lei de Segurança Nacional, em face da Constituição de 1988. Lei 14.197/202.

O presente parecer versa sobre a aprovação de pertinência da indicação nº 032/2021, da lavra do Dr. Sérgio Sant'Anna que trata da constitucionalidade do PL.3864/2020, de autoria do Deputado Paulo Rocha (PT/SP) e outros.

O projeto de lei ora em comento, dispõe sobre o seguinte texto, em conformidade aos dispositivos da Constituição de 1988; *verbis*:

PROJETO DE LEI N.º , DE 2020
(Do Senhor PAULO TEIXEIRA)



Institui a Lei de defesa do Estado Democrático de Direito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º Esta Lei dispõe sobre os crimes contra o Estado Democrático de Direito constitucionalmente estabelecido.

Art. 2º. Alterar ou tentar alterar, total ou parcialmente, por meio de violência decorrente do uso de arma de fogo, ou da ameaça da sua utilização, a estrutura do Estado Democrático de Direito constitucionalmente estabelecido, de modo a produzir instabilidade no funcionamento dos poderes do Estado:

Pena: reclusão de 4 a 8 anos.

§ 1º A pena é aumentada em um quarto se o agente reforça o emprego da violência ou da ameaça por meio da prévia incitação ou divulgação de notícias falsas através de comunicação pública.

§ 2º Se o crime for praticado por agentes públicos, a pena é aumentada em um terço; se o agente for militar, da ativa, reserva ou reformado, a pena é aumentada pela metade e cumulada com a perda do cargo ou da função pública e da patente.

§ 3º A pena é aumentada pela metade se a alteração ou tentativa de alteração ocorrer por meio de insurreição de membros das Forças Armadas ou da polícia militar contra poderes do Estado, com o propósito de abolir o voto direto, secreto, universal e periódico ou impedir o pleno exercício das funções do Presidente da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, das Assembleias Legislativas e Distrital, do Supremo Tribunal Federal, dos demais tribunais, dos Prefeitos e das Câmaras Municipais.

§ 4º Não constitui crime a manifestação pública de críticas aos poderes constituídos, nem a reivindicação de direitos por meio de passeatas, reuniões, aglomerações, demonstrações, movimentos ou qualquer outro meio de comunicação ao público.

Art. 3º Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime perpetrado pelo regime ditatorial de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

Pena: reclusão de 1 a 3 anos.





Parágrafo único. Se o crime for praticado por agentes públicos, a pena é aumentada em um quarto; se o agente for militar, da ativa, reserva ou reformado, a pena é aumentada em um terço e cumulada com a perda do cargo ou da função pública e da patente





Art. 4º Subverter o Estado Democrático de Direito constitucionalmente estabelecido, mediante insubordinação das Forças Armadas ou entre estas e os demais órgãos do Estado brasileiro:

Pena: reclusão de 2 a 4 anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado por agentes públicos, a pena é aumentada em um quarto; se o agente for militar, da ativa, reserva ou reformado, a pena é aumentada em um terço e cumulada com a perda do cargo ou da função pública e da patente.

Art. 5º Para os crimes previstos nesta Lei, admite-se ação privada subsidiária, de iniciativa de partido político com representação no Congresso Nacional, se o Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal.

Art. 6º Os movimentos sociais em defesa do Estado Democrático de Direito constitucionalmente estabelecido, bem como dos direitos humanos, fundamentais e sociais, deverão ter especial proteção do Estado.

Art. 7º Revogam-se a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, e demais disposições em contrário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto acima transcrito foi anexado ao PL., 3.064/2015, de autoria do deputado Moroni Torga. Posteriormente, os mencionados projetos foram substituídos pelo PL.6764/2002, enviado ao Congresso Nacional, pelo então Ministro da Justiça, Miguel Reali Jr., apensado ao PL.2.462/91 de autoria do Deputado Hélio Bicudo; sendo em 24/03/2021, pedido urgência na apreciação. Em 15/04/21, foi à Comissão de Constituição e Justiça, ali aprovado o requerimento de urgência e tem a seguinte redação, o mencionado PL; *in verbis*:

PROJETO DE LEI

Acrescenta o Título XII, que trata dos crimes contra o Estado Democrático de Direito, à Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.





O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescida do seguinte Título XII:

**“TÍTULO XII
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**CAPÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL**

Atentado à soberania

Art. 360. Tentar submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou à soberania de outro país:

- I - empreendendo ação para ofender a integridade ou a independência nacional; ou
- II- executando ordem ou determinação de governo estrangeiro que ofenda ou exponha a soberania do País:

Pena – reclusão, de quatro a doze anos.

Traição

Art. 361. Entrar em entendimento ou negociação com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar guerra ou atos de hostilidade contra o País, desmembrar parte do seu território, ou invadi-lo:

Pena – reclusão, de três a doze anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem incita, publicamente, governo estrangeiro para promover guerra ou hostilidade contra o País.

§ 2º Aumenta-se a pena de metade até o dobro, se declarada a guerra, desencadeados os atos de hostilidade, desmembrada parte do território ou efetivada a invasão.

Violação do território

Art. 362. Violar o território nacional com o fim de explorar riquezas naturais ou nele exercer atos de soberania de outro país:

Pena – reclusão, de três a oito anos.



Parágrafo único. Aumenta-se a pena de metade, se ocorre a exploração ou a prática de atos de soberania.

Atentado à integridade nacional

Art. 363. Tentar desmembrar parte do território nacional, por meio de movimento armado, para constituir país independente:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.

Espionagem

Art. 364. Obter documento, dado ou informação essencial para o interesse do Estado brasileiro ou classificados como secretos ou ultra-secretos, com o fim de revelá-los a governo ou grupo estrangeiro, ou a seus agentes:

Pena – reclusão, de três a doze anos.

§ 1º-Incorre na mesma pena quem:

I - mantém serviço de espionagem ou dele participa, com o objetivo de realizar os atos previstos neste artigo;

II - realiza, com o mesmo objetivo, atividade aerofotográfica ou sensoramento remoto em qualquer parte do território nacional; ou

III - oculta ou presta auxílio a espião, conhecendo essa circunstância, para subtraí-lo à ação da autoridade pública.

§ 2º Se o documento dado ou a informação for transmitida ou revelado com violação do dever de sigilo:

Pena – reclusão de seis a quinze anos.

§ 3º Facilitar o funcionário, culposamente, a prática de qualquer dos crimes previstos neste artigo:

Pena – detenção de um a quatro anos.

CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Insurreição

Art. 365. Tentar, com emprego de grave ameaça ou violência, impedir ou dificultar o exercício do poder legitimamente constituído, ou alterar a ordem constitucional estabelecida:

Pena – reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.

Golpe de Estado

Art. 366. Tentar, o funcionário público civil ou militar, depor o governo constituído ou impedir o funcionamento das instituições constitucionais:

Pena – reclusão, de quatro a doze anos.



Conspiração

Art. 367. Associarem-se, duas ou mais pessoas, para a prática de insurreição ou de golpe de estado:

Pena – reclusão, de um a cinco anos.

Atentado à autoridade

Art. 368. Atentar contra a integridade física do Presidente da República, do Vice- Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, e do Procurador-Geral da República, por facciosismo político ou para alterar a estrutura do estado democrático ou a ordem constitucional:

Pena – reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º- Se resulta lesão corporal grave:

Pena – reclusão, de três a dez anos.

§ 2º- Se resulta morte:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

§ 3º Nas-mesmas penas incorre quem cometer o crime contra as autoridades correspondentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seqüestro e Cárcere Privado

Art. 369. Privar as autoridades mencionadas no art. 368 de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado, por facciosismo político ou para alterar a estrutura do estado democrático ou a ordem constitucional:

Pena – reclusão, de quatro a doze anos.

Incitamento a guerra civil

Art. 370. Incitar, publicamente, a prática de guerra civil ou dos crimes previstos neste Capítulo:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

CAPÍTULO III

DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Terrorismo

Art. 371. Praticar, por motivo de facciosismo político ou religioso, com o fim de infundir terror, ato de:

- I - devastar, saquear, explodir bombas, seqüestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal ou sabotagem, causando perigo efetivo ou dano a pessoas ou bens; ou
- II - apoderar-se ou exercer o controle, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, de meios de comunicação ao público ou de transporte, portos, aeroportos,

estações ferroviárias ou rodoviárias, instalações públicas ou estabelecimentos destinados ao abastecimento de água, luz, combustíveis ou alimentos, ou à satisfação de necessidades gerais e impreteríveis da população:

Pena – reclusão, de dois a dez anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem pratica as condutas previstas neste artigo, mediante acréscimo, supressão ou modificação de dados, ou por qualquer outro meio interfere em sistemas de informação ou programas de informática.

§ 2º-Se resulta lesão corporal grave:

Pena – reclusão de quatro a doze anos.

§ 3º-Se resulta morte:

Pena – reclusão, de oito a quatorze anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um terço, se o agente é funcionário público ou, de qualquer forma, exerce funções de autoridade pública.

Apoderamento ilícito de meios de transporte

Art. 372. Apoderar-se ou exercer o controle, ilicitamente, de aeronave, embarcação ou outros meios de transporte coletivo, por motivo de facciosismo político, religioso ou com o objetivo de coagir autoridade:

Pena – reclusão, de dois a dez anos.

§ 1º-Se resulta lesão corporal grave:

Pena – reclusão de quatro a doze anos.

§ 2º-Se resulta morte:

Pena – reclusão, de oito a quatorze anos.

Sabotagem

Art. 373. Destruir, inutilizar, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, meios de comunicação ao público ou de transporte, portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, instalações públicas ou estabelecimentos destinados ao abastecimento de água, luz, combustíveis ou alimentos, ou à satisfação de necessidades gerais e impreteríveis da população:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem pratica as condutas previstas neste artigo, mediante acréscimo, supressão ou modificação de dados, ou por qualquer outro meio interfere em sistemas de informação ou programas de informática.

§ 2º-Se resulta lesão corporal grave: Pena – reclusão, de quatro a dez anos.

§ 3º-Se resulta morte:

Pena – reclusão, de oito a doze anos.

Ação de grupos armados

Art. 374. Praticar, por meio de grupos armados, civis ou militares, atos contra a ordem constitucional e o estado democrático:

Pena – reclusão, de quatro a doze anos.

Coação contra autoridade legítima

Art. 375. Constranger, mediante violência ou grave ameaça, por motivo de facciosismo político, autoridade legítima a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda, no exercício das suas atribuições:

Pena – reclusão, de um a cinco anos, ou multa.

CAPÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA AUTORIDADE ESTRANGEIRA OU INTERNACIONAL

Atentado à autoridade estrangeira ou internacional

Art. 376. Atentar contra a integridade física de chefe de estado ou de governo estrangeiro, embaixador, cônsul ou representante de estado estrangeiro no País, ou dirigente de organização internacional, que se encontrem no território nacional:

Pena – reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º- Se resulta lesão corporal grave:

Pena – reclusão, de três a dez anos.

§ 2º- Se resulta morte:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos.

Seqüestro e Cárcere privado de autoridade estrangeira ou internacional

Art. 377. Privar as autoridades mencionadas no art. 376 de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena – reclusão, de quatro a doze anos.

CAPÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A CIDADANIA

Atentado a direito de manifestação

Art. 378. Impedir ou tentar impedir, mediante violência ou grave ameaça, sem justa causa, o livre e pacífico exercício de manifestação de partidos ou grupos políticos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos:

Pena – reclusão, de um a quatro anos.

§ 1º- Se resulta lesão corporal grave: Pena – reclusão, de dois a dez anos.

- § 2º Se resulta morte:

Pena – reclusão, de quatro a doze anos.

- § 3º Aumenta-se a pena de um terço, se o agente é funcionário público ou, de qualquer forma, exerce funções de autoridade pública.

Associação discriminatória

Art. 379. Constituir ou tentar constituir associação, ou dela participar, com o fim de pregar a discriminação ou o preconceito de raça, etnia, cor, sexo ou orientação sexual, condição física ou social, religião ou origem:

Pena – reclusão, de um a três anos.

Discriminação racial ou atentatória aos direitos fundamentais

Art. 380. Praticar, induzir, incitar a discriminação ou preconceito de raça, etnia, cor, sexo, orientação sexual, condição física ou social, religião ou origem:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda, inclusive cruz suástica ou gamada, que se destinem à propagação de racismo ou atentatória aos direitos fundamentais:

Pena – reclusão de dois a cinco anos, e multa.” (NR)

- Art. 2º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº-7.170, de 14 de dezembro de 1983 - Lei de Segurança Nacional.

Brasília,

Primeiramente, cabe ressaltar que ambos os projetos (PL. 3.864/2020 e 6.764/2002, tratam da revogação da lei 7.170/83-Lei de Segurança Nacional). Como também pode ser observado, o primeiro, pontifica uma salvaguarda ao momento político excepcional vivido, com fundada preocupação aos ataques à Democracia; enquanto o segundo revela uma forma de proteção mais abrangente ao Estado Democrático de Direito, criando o Título XII, do Código Penal. Está dividido em cinco Capítulos; os projetos estão em consonância com o Direito Constitucional estabelecido.



O primeiro, mostra preocupação com o uso da arma de fogo como forma de produzir "instabilidade no funcionamento dos poderes do Estado" (art.2º), com equivalência no art.374, do PL.6.764.

Cabe ainda ressaltar que os artigos 3º;4º;5º e 6º, do PL.3.864/2020, não encontram similar ou equivalência no PL.6.764/2002, aprovado na CCJ, em regime de urgência.

Pode parecer estranho que só agora, passados mais de trinta anos da Constituição Cidadã, não tenha o Congresso Nacional se ocupado em revogar o entulho legislativo, representado pela *encien* Lei de Segurança Nacional que, ainda de forma tácita, está recepcionada pela Constituição e assim tem sido usada, nesses últimos tempos. Foi preciso que diversos partidos políticos, recentemente, tenham batido à porta do Supremo Tribunal Federal, para que a Câmara Federal se ocupasse, à toque de caixa, de repristinar um projeto que lá se encontrava desde 2002.

Desde logo deve ser dito que a indigitada Lei de Segurança Nacional, editada em 1983, durante a ditadura militar, traduz a doutrina dominante, à época, na Escola Superior de Guerra, pontificada pelo binômio: desenvolvimento e segurança. É que predominava, entre os ideólogos do regime o conceito de que era preciso, para

assegurar o desenvolvimento, combater o "inimigo₃ interno".

Óra, numa Democracia que se quer legitimada pelo Povo, não pode haver "inimigo interno", senão ideias divergentes, própria de um regime plural: respeito à voz e as conquistas das minorias. Assim, sob este ângulo, nada mais perverso que calar as opiniões contrárias as do governo reinante. Muito próprio do regime totalitário que se mantinha há anos no Poder e dele achava que não se afastaria.

A Constituição de 1988, em sentido contrário e determinante da vontade popular, caminhou no sentido de manter a predominância da pessoa humana sobre o Estado Leviatã soberano, governando acima de tudo e de todos. Eram tempos difíceis e conturbados, dominados pela vontade dos generais de plantão, no Executivo e um Congresso omissos e desatentos aos anseios populares.

Parece inimaginável que iríamos viver os tempos que nesta quadrada da vida republicana estamos passando. Ameaças diárias partidas de dentro do núcleo do Poder acenando com arroubos antidemocráticos, propondo o fechamento e/ou intervenção em outros Poderes da República.

Os militares não são fiadores, nem da República, nem da Democracia: são garantidores da lei e da ordem e dos Poderes Constitucionais estabelecidos. Garantidores da Soberania Nacional, contra possíveis ameaças externas.

Dada a urgência aprovada na CCJ, em 04/05/2021, em plenário foi declarada prejudicada



a proposição em face da aprovação da subemenda⁴ Substitutiva Global ao PL. 2462/91, que define os crimes contra o Estado de Direito (PL.2.462, do Deputado Hélio Bicudo), de 02//09/2021 que tipifica os crimes contra o Estado de Direito e a Humanidade foi transformada na Lei Ordinária 14.197/2021. Esta lei revogou, expressamente, a Lei de Segurança Nacional e criou o Título XII, do Código Penal, com cinco capítulos, tipificando todos os crimes contra o Estado de Direito Democrático.

A CARTA MAGNA vigente sob a qual vivemos, como já afirmado, nasceu da vontade soberana do Povo. A sua centralidade repousa na valorização da pessoa humana, demonstrada em diversos capítulos.

De forma distinta dos regimes totalitários, não põe o Estado acima dos ditames dos seus governantes de ocasião. Não garroteia a opinião pública, não vê as minorias como "inimigo interno".

O século XIX, com o Iluminismo, trouxe para ficar o legado das Constituições Democráticas de Direito, que não se pode olvidar.

É lamentável que esse entulho autoritário tenha sobrevivido à Constituição Cidadã, por tanto tempo. Que o Parlamento, só agora, tenha acordado revogar o postulado da Segurança Nacional por uma lei de proteção ao Estado Democrático de Direito.

Em face do advento da Lei 14.197/2021, fica prejudicada a proposição apresentada pelos Deputados Paulo Teixeira, João Daniel e Patrus Ananias

Esse é o parecer que submeto à análise dos eminentes pares da Comissão, SMJ.

ROBERTO A. REIS





